

REFLEXÕES ACERCA DE UMA WEBCONFRÊNCIA SOBRE O PAPEL DA EDUCAÇÃO NA LUTA CONTRA O MACHISMO

REFLECTIONS ABOUT A WEB CONFERENCE ON THE ROLE OF EDUCATION IN THE FIGHT AGAINST MACHISM

Camila Ferreira Alves (IFSP)¹
Ricardo Roberto Plaza Teixeira (IFSP)²

RESUMO: O presente estudo propõe investigar a webconferência intitulada “A Educação como ferramenta de combate ao machismo”, ministrada pela professora Thais Travassos, em 18 de setembro de 2021, com transmissão simultânea pelo canal “Debate Consciência” do YouTube. O foco recai sobre as concepções dos participantes acerca dos assuntos abordados, com base nas respostas de 24 voluntários que preencheram um formulário disponibilizado durante a transmissão. A revisão da literatura científica abrangeu tópicos centrais tratando da educação, de questões de gênero e do combate a preconceitos. Os procedimentos metodológicos empregados na organização da webconferência são detalhadamente descritos. Os resultados obtidos são analisados em consonância com os referenciais estudados, visando uma interpretação mais abrangente das informações colhidas durante o evento. Os dados obtidos nesta pesquisa reforçam a importância de estudar a questão do machismo e do patriarcado no âmbito educacional, sugerindo um potencial mobilizador para um processo de aprendizagem que colabore para construir uma sociedade mais igualitária e justa para pessoas de qualquer gênero.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Cidadania; Patriarcado; Emancipação.

¹ Estudante da Licenciatura em Matemática do IFSP-Caraguatatuba. E-mail: ferreira.camila@aluno.ifsp.edu.br.

² Doutor em Física pela USP e docente do IFSP-Caraguatatuba. E-mail: rteixeira@ifsp.edu.br.

ABSTRACT: The present study proposes to investigate the web conference entitled “Education as a tool to combat machismo”, taught by professor Thais Travassos, on September 18, 2021, with simultaneous broadcast on the YouTube channel “Debate Consciência”. The focus is on the participants' conceptions of the topics covered, based on the responses of 24 volunteers who filled out a form made available during the broadcast. The review of scientific literature covered central topics dealing with education, gender issues and combating prejudice. The methodological procedures used in organizing the web conference are described in detail. The results obtained are analyzed in line with the studied references, aiming for a more comprehensive interpretation of the information collected during the event. The data obtained in this research reinforce the importance of studying the issue of machismo and patriarchy in the educational context, suggesting a mobilizing potential for a learning process that helps to build a more egalitarian and fair society for people of any gender.

KEYWORDS: Education; Citizenship; Patriarchy; Emancipation.

Introdução

A persistência do machismo em diversas esferas da sociedade representa um desafio significativo para alcançar a igualdade de gênero. Este fenômeno, enraizado em normas culturais e estruturas sociais, perpetua desigualdades e violações dos direitos das mulheres em todo o mundo e, mais especificamente, no Brasil. A educação desempenha um papel fundamental na desconstrução dessas dinâmicas prejudiciais, oferecendo oportunidades para promover a conscientização, a reflexão crítica e a mudança de atitudes. Neste contexto, este artigo analisa o papel da educação na luta contra o machismo, explorando como atividades de ensino podem contribuir para a construção de uma sociedade mais igualitária e inclusiva. A compreensão dos desafios e das estratégias educacionais mais eficazes para enfrentar o machismo e promover a igualdade de gênero é fundamental para a construção de uma sociedade mais harmônica e equilibrada.

O foco principal de investigação deste trabalho é uma webconferência realizada em 2021, intitulada “A Educação como ferramenta de combate ao machismo” e que foi ministrada pelo professora Thais Travassos, docente da Universidade de Taubaté, com transmissão pelo canal “Debate Consciência” do YouTube, onde ela está gravada e pode ser acessada por qualquer interessado.

Após esta introdução, no transcorrer deste trabalho é apresentada a fundamentação teórica usada na pesquisa, com a discussão de trabalhos acadêmicos sobre os temas tratados. A seguir são apresentados os procedimentos metodológicos utilizados no planejamento e na realização da webconferência em foco. Posteriormente, os resultados desta ação são discutidos, sobretudo por meio da análise das respostas dadas pelos participantes da webconferência às questões de um “Formulário Google”, cujo link foi disponibilizado pelo chat durante a transmissão. Ao término são feitas as considerações finais com reflexões a respeito de todo o trabalho investigativo e educacional realizado.

A educação e a luta contra o machismo

A educação desempenha um papel de destaque na formação de cidadãos conscientes de seus direitos e responsabilidades, capacitando-os a identificar e confrontar preconceitos que estão presentes nas relações sociais em diferentes contextos, em particular o machismo. Uma

sociedade com maior igualdade de gênero beneficia não apenas as mulheres, mas também os homens, em diversos aspectos. Para construir uma sociedade que respeite plenamente os direitos humanos de todos os seus membros, é essencial que ocorram transformações individuais e coletivas. Isso implica na promoção pela educação da capacidade crítica dos alunos e na internalização de valores como solidariedade e respeito à diversidade, que podem ser fomentados nos ambientes de ensino como parte de um amplo esforço com o objetivo principal de desmantelar preconceitos, ao invés de perpetuá-los (Lucio, 2018).

O patriarcado, arraigado na estrutura da sociedade brasileira, é perpetuado de uma geração para outra de diversas formas, tanto no ambiente familiar, quanto no contexto educacional, seja por meio de hábitos, linguagem ou mesmo violência. Desde o início da infância, as crianças são expostas ao machismo em suas diferentes realidades sociais, normalizando-o e encarando-o como parte intrínseca da natureza humana, em vez de uma construção social. Essa naturalização do machismo faz com que suas manifestações cotidianas passem despercebidas (Barros; Busanello, 2019). No entanto, assim como a educação tem sido responsável pela transmissão do patriarcado ao longo do tempo, ela também pode ser empregada como uma ferramenta para combater o machismo e a desigualdade de gênero.

O machismo está enraizado em grande parte das sociedades humanas há muitos séculos. É bastante nítido o quanto os modelos de gênero são rígidos e persistem ao longo das gerações, mesmo com todas as mudanças sociais, culturais e tecnológicas (Périco; Silva, 2020). Aos meninos geralmente são designados papéis sociais específicos associados às exigências de que sejam proficientes em suas carreiras, de modo a cumprir os objetivos familiares atribuídos a eles, enquanto às meninas cabe sobretudo a responsabilidade de atender às demandas de manutenção do lar, enfrentando inúmeras restrições tanto dentro quanto fora do ambiente familiar (Senkevics; Carvalho, 2015).

Para combater efetivamente o machismo, é essencial compreender a história do patriarcado (Lerner, 2019), o que possibilita uma melhor compreensão do papel desempenhado pelos seres humanos nas diferentes sociedades: a educação, em específico, pode desempenhar um importante papel para a superação de preconceitos no contexto das denominadas guerras de narrativas dos tempos atuais de pós-verdade (Cordeiro, 2020). Ao examinar os sucessos e fracassos de iniciativas educacionais tomadas no passado, a análise histórica naturalmente conduz à reflexão sobre ações possíveis de serem realizadas diante de situações semelhantes, fornecendo aprendizados que são valiosos para a construção da cidadania.

É fundamental investigar as raízes do machismo e das disparidades de gênero, as quais remontam à tríplice herança greco-judaico-cristã da sociedade ocidental (Chassot, 2013). Na tradição judaica, conforme o mito de Adão e Eva, a mulher é concebida como derivada da costela do homem, sendo ela responsável por comer do fruto proibido e, consequentemente, levar ambos à expulsão do paraíso. Assim, de modo geral, a mulher é retratada como a pecadora essencial, ligada ao lado negativo da humanidade. Essa ideia persiste no cristianismo, que em certa medida é uma continuação do judaísmo. Por exemplo, um trecho da Bíblia enfatiza a submissão das mulheres aos seus maridos, utilizando a analogia de que o marido é a cabeça da esposa, assim como Cristo é a cabeça da Igreja (Chassot, 2013).

Na mitologia grega, por sua vez, a harmonia na Terra é quebrada com a chegada de Pandora, criada por Zeus com o propósito de punir os homens. Ela traz consigo uma caixa contendo todos os males que afligem a humanidade, conhecida como caixa de Pandora (Leite, 2001). Na mitologia grega, dentre as principais deusas, há Afrodite como símbolo do amor, Hera como símbolo do casamento, Demeter como símbolo da agricultura e Atena como símbolo da inteligência (Grimal, 2009). Atena, nesse contexto, se sobressai como a deusa do intelecto, mas, sua origem, surgindo da cabeça de Zeus, sugere que, na perspectiva da mitologia grega, a inteligência está associada à figura masculina (Mata, 2023). Essa concepção foi amplamente difundida na Grécia Antiga, possivelmente contribuindo para afastar as mulheres de empreendimentos intelectuais, algo que se reflete até hoje na limitada presença feminina nas ciências exatas e tecnológicas. Como na cultura grega, a imagem da mulher não era vinculada à racionalidade, isso criou barreiras sociais que impediam a demonstração de suas habilidades intelectuais: assim, uma sociedade que admirava filósofos ao mesmo tempo permeava-se da ideia de inferioridade feminina.

Existem vários exemplos de filósofos cujos textos claramente desvalorizavam as mulheres (Gaspar, 2009). Um desses pensadores foi Rousseau, que restringia o papel das mulheres unicamente à maternidade e ao casamento, argumentando que sua independência era limitada devido a essas funções sociais, além de elas serem fisicamente mais fracas que os homens, em média. Kant, por sua vez, afirmava que a capacidade racional das mulheres estava diminuída. De acordo com Aristóteles, a mulher era vista apenas como receptora do esperma masculino, sendo considerada uma imperfeição devido à ausência de pênis e músculos, que eram substituídos, em sua visão, pela presença de leite, sangue menstrual, uma voz menos pronunciada e uma maior fragilidade (Oliveira; Santos; Heerdt, 2020).

É importante aprofundar investigações sobre as questões de gênero nos vários campos do saber humano. Entretanto há, com frequência, obstáculos para efetuar esta tarefa: nas disciplinas das ciências naturais, é geralmente observada uma forte inclinação para reproduzir, tanto em seus estudos quanto em sua prática profissional, as ideias de neutralidade e objetividade científicas, profundamente enraizadas neste campo de conhecimento. A discussão de conceitos como subjetividade, diversidade e afetividade (algo que muitas vezes ocorre quando se estuda as questões de gênero em uma certa área profissional) parece ser vista por uma parcela dos pesquisadores como uma ameaça à credibilidade da ciência e considerada como uma fonte de erro. Tais conceitos, embora sejam intrínsecos e determinantes das ações humanas, são frequentemente alvo de preconceitos no meio acadêmico: trabalhos que consideram aspectos subjetivos que são fundamentais para a compreensão de muitos fenômenos são caracterizados de partida como possuindo falta de rigor científico e, no limite, não são considerados como sendo uma produção científica legítima, pois se afastam da objetividade estrita (Souza, 2008).

A persistência da crença na inferioridade intelectual da mulher tem impactos negativos na sociedade contemporânea, evidenciados pela disparidade salarial, pela sub-representação feminina em cargos de liderança, pela escassez de mulheres nas áreas de STEM (sigla em inglês para as áreas: “Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática”), pela pouca presença feminina na política, pela prevalência da violência doméstica e pelos alarmantes índices de estupro e de feminicídio. Apesar das conquistas do movimento feminista, como o direito ao voto, o acesso à educação superior e a abolição da exigência de autorização do marido para o trabalho, o patriarcado continua muito enraizado na sociedade (Cardoso *et al.*, 2023). Isso resulta em uma naturalização generalizada do machismo, algo que é especialmente evidente na educação, onde padrões machistas frequentemente perpetuam a desigualdade de gênero e os preconceitos contra as mulheres, em vez de combatê-los.

Após a Segunda Guerra Mundial, ocorreram mudanças sociais significativas: mais mulheres assumiram a liderança em agências governamentais e ocuparam cargos acadêmicos de destaque e órgãos governamentais têm mostrado interesse em monitorar a situação das mulheres nas ciências e publicar relatórios sobre o assunto, no entanto, esses avanços não são uniformes, variando conforme a região geográfica e a área disciplinar, e, mais importante ainda, estas conquistas não estão completamente consolidadas e garantidas (Schiebinger, 2001).

Ao longo da História, por séculos, a sociedade tem imposto estereótipos de cores, profissões, emoções, passatempos e brincadeiras às crianças com base em seus gêneros, contribuindo para a perpetuação da desigualdade de gênero, o que é prejudicial não somente para mulheres, como também, muitas vezes, para homens. Os meninos são ensinados desde cedo a reprimir suas emoções, a enfrentar seus problemas com dureza e a não expressar seus sentimentos, com o oposto ocorrendo com as meninas (Paulino-Pereira; Santos; Mendes, 2017). Como decorrência, os meninos com frequência são muito mais encorajados que as meninas a praticar esportes como futebol e videogame, a desafiar limites, e aqueles que não se ajustam a esses padrões sociais são rotulados como "femininos", muitas vezes sofrendo *bullying* associado à homofobia durante a adolescência ou infância.

Uma forma de alterar essa realidade, embora não a única, é por meio da educação. Há diversas práticas escolares que procuram separar de modo hierárquico meninas e meninos, sendo que até mesmo o termo "aluno", é uma palavra que favorece o gênero masculino. As conversas são de extrema importância para a discussão sobre as desigualdades e para a formação crítica do cidadão: é necessário, assim, que a escola se aproprie de fato do papel de ajudar a combater preconceitos, incentivando o empoderamento feminino e destacando a importância do processo de liberação e luta das mulheres pelos seus direitos. A escola pode desempenhar um papel fundamental na formação de cidadãos e pode contribuir para cultivar estudantes que respeitem os direitos humanos, especialmente os direitos das mulheres e de minorias. Tanto a escola quanto a família têm a responsabilidade de educar os alunos desde cedo, visando eliminar preconceitos e promover a igualdade (Carlos, 2019).

A legislação educacional brasileira assegura a todos os professores a liberdade de abordar criticamente o combate aos preconceitos em sala de aula, especialmente quando tais preconceitos afetam o desempenho acadêmico dos alunos (Barbosa; Andrade, 2017): dados estatísticos indicam que em escolas com altos índices de preconceito, os alunos tendem a ter um desempenho escolar inferior, em média (Fipe, 2009). Portanto, os educadores não devem se deixar intimidar por tentativas de evitar discussões sobre preconceitos no ambiente escolar, e a escola não pode, por omissão, contribuir para a perpetuação desses preconceitos. Por exemplo, é fundamental que meninas e meninos aprendam que não existem profissões designadas exclusivamente para homens ou mulheres (Lopes; Bastos, 2018).

É importante considerar as interseções entre gênero e classe social, explorando como estas categorias influenciam a designação de papéis sociais para meninos e meninas. A

educação, enquanto instrumento formativo, tem o potencial de perpetuar ou questionar as normas sociais estabelecidas, incluindo as expectativas e estereótipos de gênero no que diz respeito a profissões consideradas masculinas e femininas (Belo; Camino, 2012). Nas sociedades marcadas por desigualdades de classe, os meninos e meninas são frequentemente socializados de maneira distinta, refletindo tanto as normas de gênero quanto as realidades econômicas. Por exemplo, em contextos de classe trabalhadora, pode haver uma maior ênfase na preparação dos meninos para o mercado de trabalho e no direcionamento das meninas para tarefas domésticas, reforçando estereótipos de gênero tradicionais. Este quadro é perpetuado e, às vezes, contestado nas escolas, que se tornam arenas tanto de reprodução, quanto de resistência a essas normas. Portanto, uma análise crítica das práticas educativas deve levar em conta como as desigualdades de classe e gênero se entrelaçam, influenciando as oportunidades e expectativas dos estudantes, e deve buscar estratégias pedagógicas que promovam a igualdade de gênero e o empoderamento de todos os alunos, independentemente de sua classe social.

Metodologia

Este artigo investiga uma webconferência realizada em 2021 e intitulada “A Educação como ferramenta de combate ao machismo” que foi ministrada pelo professora Thais Travassos, docente da Universidade de Taubaté. A realização e os desdobramentos deste evento, assim como as concepções dos participantes sobre os tópicos tratados são os focos principais de investigação deste trabalho. A decisão de convidar a professora Thais Travassos ocorreu devido aos seus conhecimentos e seu envolvimento com as questões propostas para serem abordadas durante a atividade.

A professora Thais Travassos foi contactada e aceitou generosamente o convite para realizar essa conferência de modo gratuito e de forma remota, em 2021, tanto para atender as necessidades de afastamento social impostas pela pandemia de COVID-19, quanto para ampliar o público participante no evento. As especificações a respeito da realização do evento (tais como data e horário de sua realização) foram decididas de comum acordo com a conferencista.

Assim, a webconferência examinada neste trabalho foi realizada em 18 de setembro de 2021, um sábado, a partir das 18 horas e ocorreu com transmissão simultânea pelo canal “Debate Consciência” do Youtube, um canal foi criado em agosto de 2020, no contexto de um projeto de extensão implementado no âmbito do campus de Caraguatatuba do Instituto Federal

de São Paulo (IFSP), com o intuito de realizar atividades de divulgação científica e cultural de modo remoto, devido ao avanço da COVID-19.

Antes da webconferência acontecer, no dia 8 de setembro de 2021, foi publicado um artigo de cunho descritivo no site do IFSP-Caraguatatuba para informar a comunidade interna e externa ao IFSP a respeito do evento (inclusive por meio de um cartaz feito com este intuito) e convidar os interessados a participarem, disponibilizando dados como o link da sua transmissão pelo YouTube, a data e o horário. De modo adicional, no dia 21 de setembro de 2021, três dias após a realização da webconferência, foi publicado um segundo artigo informativo no site do IFSP-Caraguatatuba, detalhando a forma que ocorreu o evento, bem como destacando alguns dos temas que foram tratados nele; neste segundo artigo foi informado também o link do vídeo da webconferência gravado na plataforma do YouTube, para que aqueles que não puderam assistir à atividade virtual durante a transmissão (“streaming”), pudessem visualizá-la posteriormente.

A realização evento foi viabilizada pelo uso dos recursos da plataforma StreamYard que permitiu a estruturação da sala virtual na qual transcorreu a webconferência. Essa sala virtual foi preparada algumas semanas antes do evento acontecer: isto permitiu que fosse criada uma chamada do evento no canal “Debate Consciência” do YouTube, convidando e informando os interessados tanto sobre o link da transmissão, quanto sobre a data e o horário do seu início, o título da webconferência e o nome da conferencista. Os autores deste presente trabalho se reuniram com a conferencista pela sala virtual do StreamYard, cerca de 30 minutos antes do evento começar, para a realização de alguns testes, com o propósito de corrigir com antecedência qualquer eventual problema técnico que fosse identificado. Estavam também presentes nesta sala virtual quatro outras estudantes universitárias (que participavam da equipe que organizava as atividades de divulgação científica e cultural vinculadas ao canal “Debate Consciência” do YouTube) que ajudaram na organização do evento.

No horário determinado previamente para o começo da transmissão, se iniciou a webconferência. O vídeo com a transmissão simultânea da atividade ficou gravado e está disponível na plataforma YouTube como legado da pesquisa que é analisada neste artigo.

Após as apresentações acerca do evento feitas pelos organizadores no início da transmissão, a professora Thais começou a sua preleção que utilizou de slides com informações, dados e imagens a respeito dos temas abordados para fundamentar as reflexões que foram feitas. Durante o transcorrer da webconferência, foi solicitado aos participantes que respondessem de

modo voluntário um questionário – no formato de um “Formulário Google” – com algumas perguntas tanto a respeito do perfil da pessoa que estava respondendo (sobre gênero e faixa etária), quanto sobre assuntos relacionados aos temas tratados durante a atividade. As pessoas que se voluntariaram para responder este formulário, receberam, posteriormente, por e-mail uma declaração de que participaram do evento e assistiram a webconferência. O link desse formulário foi fornecido aos participantes pelo chat do YouTube durante a transmissão e um total de 24 pessoas responderam às perguntas deste questionário que ficou disponível para ser acessado até o término do evento. As questões deste formulário foram elaboradas previamente pelos autores deste artigo com o intuito de investigar e sondar as opiniões e concepções do público sobre os tópicos tratados. Basicamente, essas questões se dividiram em dois conjuntos: em primeiro lugar estavam duas questões sobre o perfil dos participantes e, em seguida, estavam questões sobre as concepções e opiniões dos participantes sobre os tópicos abordados.

Resultados e discussão

A webconferência “A Educação como ferramenta de combate ao machismo” que foi proferida pela professora Thais Travassos teve, no total, uma duração de 1 hora, 43 minutos e 32 segundos. Durante a transmissão desta webconferência, que aconteceu em 18/09/2021, ocorreram 101 visualizações e após a publicação do vídeo ocorreram mais 90 visualizações até o dia 27/06/2024, de modo que ocorreram, no total, 191 visualizações no transcorrer de todo este período.

Neste trabalho, inicialmente serão descritas e analisadas as porcentagens das respostas dadas às questões acerca do perfil dos cidadãos que responderam ao questionário, no que diz respeito ao gênero e à faixa etária.

Em relação ao gênero, 75% dos participantes que responderam ao formulário eram do gênero feminino, enquanto 25% eram do gênero masculino. No que tange às faixas etárias, cerca de 58,3% dos que responderam estava na faixa etária entre 18 e 29 anos, idade típica dos estudantes universitários que compôs parte considerável do público que assistiu à transmissão da atividade ao vivo, enquanto cerca de 41,7% tinham idade entre 30 e 59 anos.

As demais perguntas estavam relacionadas aos temas em foco na webconferência e tinham o objetivo de entender os pontos de vista dos participantes sobre as possíveis

interrelações existentes entre educação e machismo. Com exceção da última pergunta que foi aberta e discursiva, todas as outras questões foram fechadas e com alternativas.

A primeira pergunta apresentada aos participantes foi: “Você já se deparou com alguma situação machista no ambiente escolar?” As opções de respostas fornecidas foram: “Sim”; “Não”. Para esta pergunta, aproximadamente 88% responderam afirmativamente (“Sim”), contra cerca de 12% que responderam negativamente. O combate ao machismo em ambientes escolares é fundamental; para isso, é preciso questionar não apenas o conteúdo do que ensinamos, mas também o modo pelo qual ensinamos e como nossos estudantes interpretam e atribuem significado ao que aprendem em sala de aula (Louro, 2003).

A segunda pergunta apresentada aos participantes foi: “Ao comprar roupa para uma criança recém-nascida, você pensa nas cores associadas ao gênero dela para realizar as compras?” As opções de respostas fornecidas foram: “Sim”; “Não”; “Às vezes”. Para esta pergunta, aproximadamente 24% responderam afirmativamente (“Sim”), contra cerca de 38% que responderam negativamente e 38% que responderam “Às vezes”. A associação entre cores e gêneros (azul para meninos, rosa para meninas) não é algo natural nem espontâneo: antes do século XIX, não existia uma distinção cromática específica para crianças com base em seus gêneros, sendo que o branco era frequentemente a cor associada tanto a meninos quanto a meninas em muitas culturas e, em pinturas dos séculos XVII e XVIII, as associações cromáticas eram opostas às que prevalecem no senso comum contemporâneo: os meninos usavam rosa e as meninas, azul (Baliscei, 2020). É legítimo que meninos e meninas vistam o que se sentirem confortáveis. Para isso, é fundamental problematizar como os gêneros têm sido construídos e normatizados, não apenas por meio das cores, mas também nos contextos escolares, nas narrativas presentes nos livros didáticos, na representação política e nas disparidades salariais existentes até os dias atuais.

A terceira pergunta apresentada aos participantes foi: “Você acredita que o Brasil é um país machista?” As opções de respostas fornecidas foram: “Sim”; “Não”. Para esta pergunta, a totalidade das respostas (100%) foi afirmativa. As percepções desempenham um papel crucial na compreensão dos elementos enraizados em nossas práticas culturais e valores: elas podem servir como impulsores para avanços e transformações nas relações de gênero, ao mesmo tempo em que podem representar obstáculos para a participação das mulheres em espaços de poder e decisão. Assim, elas revelam atitudes e discursos que são contraditórios, destacando assim as

ambiguidades e a complexidade dos processos de transformação nas relações e nos papéis de gênero socialmente definidos (Venturi; Recamà; Oliveira, 2004).

A quarta pergunta apresentada aos participantes foi: “Você se considera machista?” As opções de respostas fornecidas foram: “Sim”; “Não”. Para esta pergunta, cerca de 8% dos participantes responderam afirmativamente, contra 92% que responderam negativamente. A autopercepção acerca do próprio machismo é um passo importante para desmantelá-lo, o que é equivalente a desativar um sistema de pensamento que molda nossos comportamentos: isso tende a beneficiar também os homens que buscam uma vida mais ampla e aberta, uma perspectiva de mundo menos limitada e mais inclusiva, distinta daquela transmitida pelos seus antepassados, marcada pela violência e pelo desejo de controle (Tiburi, 2018).

O contraste entre a percepção do Brasil como um país machista e a autopercepção dos participantes sobre o próprio machismo (presente nas respostas à terceira e à quarta perguntas) revela uma certa contradição. Enquanto a sociedade brasileira, de maneira geral, reconhece a prevalência do machismo e suas manifestações em diversas esferas, muitos indivíduos não se veem como participantes ativos desse sistema. Essa desconexão pode ser atribuída à naturalização de comportamentos e atitudes machistas, que são frequentemente internalizados e reproduzidos sem questionamento. Assim, mesmo em um contexto onde o machismo é amplamente criticado e identificado como um problema social, muitos não reconhecem ou admitem seu papel na perpetuação dessas dinâmicas.

A quinta pergunta apresentada aos participantes foi: “Numa situação hipotética em que você tivesse um filho e ele fosse presenteado com uma boneca, qual seria sua reação?” As opções de respostas fornecidas foram: “Iria achar normal”; “Não iria gostar”. Para esta pergunta, cerca de 88% dos participantes responderam que iriam achar normal, contra 12% que responderam que não iriam gostar. É importante a existência de uma educação que desconstrua as dinâmicas de poder e dominação. Assim, no que diz respeito aos denominados “papéis” de gênero, é necessário construir uma nova estrutura relacional que promova uma educação cidadã, inclusiva e igualitária, respeitando as diferenças individuais (Guerra, 2007).

A sexta pergunta apresentada aos participantes foi: “Durante a sua vida escolar, você se recorda de ter estudado sobre quantas mulheres matemáticas que foram importantes na história?” As opções de respostas fornecidas foram: “Nenhuma”; “Uma”; “Duas”; “Três”; “Quatro”; “Cinco ou mais”. Para esta pergunta, cerca de 63% dos participantes (a maioria) responderam “Nenhuma”, contra 13% que responderam “Uma”, 8% que responderam “Duas”,

4% que responderam “Três”, 8% que responderam “Quatro” e 4% que responderam “Cinco ou mais”. Ao longo do último século, as mulheres têm progredido na conquista de espaços na vida social, política e profissional que, por muito tempo, estiveram predominantemente reservados aos homens. No entanto, a equidade de gênero na ciência ainda é uma realidade distante, apresentando desafios significativos a serem superados. Há, portanto, a necessidade de maior visibilidade para o papel desempenhado historicamente pelas mulheres em diferentes áreas de ciência, tecnologia, engenharia e matemática (Morales, 2019).

A sétima pergunta apresentada aos participantes foi: “Durante a sua vida escolar, você se recorda de ter estudado sobre quantos homens matemáticos que foram importantes na história?” As opções de respostas fornecidas foram: “Nenhum”; “Um”; “Dois”; “Três”; “Quatro”; “Cinco ou mais”. Para esta pergunta, diferentemente do caso da questão anterior, cerca de 4% responderam “Nenhum”, contra 4% que responderam “Um”, 4% que responderam “Dois”, 13% que responderam “Três”, 8% que responderam “Quatro” e 67% (a maioria) que responderam “Cinco ou mais”. A escassez de modelos femininos na ciência – com a contrapartida da profusão de modelos masculinos – faz com que muitas mulheres questionem suas próprias habilidades para esta área profissional e duvidem se têm a capacidade de ocupar este espaço, inclusive, por vezes, sentindo falta de validação masculina para se sentirem seguras. A falta de representação, juntamente com a natureza androcêntrica de boa parte da ciência existente na atualidade, apontam para a importância de que as mulheres estejam presentes em cargos de maior prestígio na ciência e que existam políticas públicas que incentivem as meninas vocacionadas para seguir carreiras científicas (Barros; Mourão, 2020).

A oitava pergunta apresentada aos participantes foi: “Você pensa que a escola é um lugar adequado para ensinar sobre a igualdade de gênero?” As opções de respostas fornecidas foram: “Sim”; “Não”. Para esta pergunta, todos os participantes (100%) responderam afirmativamente. A escola desempenha um papel importante na promoção de valores fundamentais para uma sociedade justa e equitativa: portanto, ela é sim um lugar apropriado para ensinar sobre igualdade de gênero. Por meio da educação, os estudantes têm a oportunidade de desenvolver uma compreensão profunda das questões de gênero, aprender sobre os direitos das mulheres e dos homens, e explorar como os estereótipos de gênero podem influenciar nossas atitudes e comportamentos. Além disso, a escola proporciona um ambiente inclusivo onde os alunos podem discutir abertamente questões de gênero, desafiar preconceitos, promover a tolerância e o respeito mútuo e, desta forma, evitar que os processos de discriminação se perpetuem (Marçal,

2018). Ao integrar o tema da igualdade de gênero no currículo escolar, estamos contribuindo para a construção de uma sociedade na qual homens e mulheres tenham as mesmas oportunidades e sejam tratados com igualdade e dignidade.

A nona pergunta apresentada aos participantes foi: “Você já vivenciou alguma situação em que a desigualdade de gênero tenha prejudicado uma mulher?” As opções de respostas fornecidas foram: “Sim”; “Não”. Para esta pergunta, cerca de 71% dos participantes responderam afirmativamente (“Sim”), contra 29% que responderam negativamente. A falta de equidade, de modo geral, prejudica as mulheres de inúmeras formas (Diaz; Cabral, s/d); um fator neste sentido, por exemplo, é a inflexibilidade das carreiras, que, inclusive, prejudica de maneira diferente mulheres mais e menos escolarizadas: há dados indicando que mulheres mais escolarizadas são menos afetadas pelas inflexibilidades nas carreiras comparativamente aquelas menos escolarizadas (Brito, 2020).

Para os participantes que responderam afirmativamente a esta questão, foi feita adicionalmente a seguinte pergunta aberta: “Se você respondeu afirmativamente à questão anterior, explique o que ocorreu de modo resumido, por favor”. A seguir são apresentados os textos escritos como respostas: “Já presenciei amigas ou conhecidas deixarem de cursar uma determinada faculdade por ser um curso ‘para homens’”; “Situações em que mulheres não queriam cursar a faculdade dos seus sonhos porque achavam ser ‘cursos para homens’”; “Sim, principalmente em entrevista de empregos de mulheres com filhos”; “Até mesmo por alguns pais”; Na desigualdade de oportunidade em relação a uma vaga de emprego”; “Para ascender socialmente como nos estudos, no mercado de trabalho, no esporte, as mulheres são prejudicadas por terem que assumir a maternidade, o trabalho doméstico, a sobrecarga da jornada, enquanto os homens têm mais tempo livre para dedicação”; “Dificuldade de mulheres conseguirem emprego devido à possibilidade de gravidez”; “Pela diferença de salário”; “Dentro de empresas, a visão da mulher ainda é machista e segregadora”; “Numa empreiteira o gerente foi claro ao dizer que não contrataria mulheres para trabalhar em nenhum setor”; “Em um relacionamento abusivo”; “Promoção de emprego, em que uma mulher deixou de ser promovida pela alegação de que o homem estava melhor preparado”; “No ambiente sindical também ocorre isso, sempre são os homens que são indicados para composição da direção com a alegação de que têm melhor preparo e de que são mais experientes”; “Minha mãe perdeu uma oferta de emprego apesar de ser mais qualificada que um homem”.

A décima pergunta apresentada aos participantes foi: “Você já vivenciou alguma situação em que a desigualdade de gênero tenha prejudicado um homem?” As opções de respostas fornecidas foram: “Sim”; “Não”. Para esta pergunta, cerca de 21% dos participantes responderam afirmativamente (“Sim”), contra 79% que responderam negativamente. A área profissional associada ao cuidado de crianças é um exemplo em que a desigualdade de gênero pode prejudicar os homens, pelo fato da responsabilidade pelo cuidado e educação de crianças pequenas ser culturalmente atribuída às mulheres: nesse contexto, os homens são frequentemente percebidos não apenas como incapazes de cuidar de crianças, mas também grosseiros, inábeis, inadequados e, no limite, potencialmente perigosos (Campos; SOUZA; Carvalho, 2022). Da mesma forma, o estereótipo segundo o qual “homem não chora”, acaba se voltando contra os próprios homens, ao produzir obstáculos que impedem que eles manifestem, desde a mais tenra idade, seus sentimentos, inclusive aqueles de tristeza e de descontentamento, algo que faz parte da vida de todos os seres humanos (Sousa, 2021).

Para os participantes que responderam afirmativamente a esta questão, foi feita adicionalmente a seguinte pergunta aberta: “Se você respondeu afirmativamente à questão anterior, explique o que ocorreu de modo resumido, por favor”. A seguir são apresentados os textos escritos como respostas: “Já vi homens escondendo sentimentos e emoções para não ser considerado ‘fraco’ por demonstrá-las, pois isso é ‘coisa de mulher’”; “Situações em que o homem escondia seus sentimentos ou emoções”; “Também em uma oportunidade de emprego, no caso era uma pré-escola, os pais não queriam que um homem cuidasse de seus filhos (bebês)”.

A décima primeira pergunta apresentada aos participantes foi: “Você acha que existem alguns esportes exclusivos para apenas um gênero?” As opções de respostas fornecidas foram: “Sim”; “Não”. Para esta pergunta, cerca de 12% dos participantes responderam afirmativamente (“Sim”), contra 88% que responderam negativamente. A dicotomia entre esportes considerados masculinos e esportes considerados femininos, fez com que, ao longo do tempo, na sua ampla maioria, o universo esportivo se estabelecesse como predominantemente masculino e um espaço significativo de sociabilização entre os homens. Na prática esportiva, são expressos valores e atributos associados geralmente às ideias dominantes de masculinidade, como agressividade, força, competitividade, virilidade, coragem e tolerância à dor: quando as mulheres desafiam e questionam essas noções, muitas vezes elas têm sua feminilidade desacreditada e sua sexualidade colocada em xeque (Pisani; Pinto, 2021).

A décima segunda pergunta apresentada aos participantes foi: “O quanto você gosta de assistir futebol feminino?” As opções de respostas fornecidas foram: “Muito”; “Razoavelmente”; “Pouco”; “Não gosto”. Para esta pergunta, cerca de 17% dos participantes responderam “Muito”, contra 40% que responderam “Razoavelmente”, 8% que responderam “Pouco” e 29% que responderam “Não gosto”.

Por sua vez, a décima terceira pergunta apresentada aos participantes foi: “O quanto você gosta de assistir futebol masculino?” As opções de respostas fornecidas foram: “Muito”; “Razoavelmente”; “Pouco”; “Não gosto”. Para esta pergunta, cerca de 25% dos participantes responderam “Muito”, contra 29% que responderam “Razoavelmente”, 13% que responderam “Pouco” e 33% que responderam “Não gosto”.

É notório que o universo do futebol foi historicamente considerado como um ambiente predominantemente masculino, desde seus primórdios. Além de ser um espaço esportivo, o futebol também possui uma dimensão sociocultural, na qual os valores associados ao jogo estabelecem limites que, embora nem sempre explícitos, são considerados essenciais para manter a “ordem” que se espera ver no esporte. A entrada das mulheres no campo desafia em parte essa ordem estabelecida, e as reações que resultam disso refletem as dinâmicas de gênero presentes em cada sociedade, sendo que quanto mais arraigado for o machismo, mais intensas serão essas reações. A suposta masculinidade do futebol é frequentemente enfatizada pela afirmação de que “futebol é coisa de macho” (ou, de forma menos grosseira, “coisa de homem”), além de provocar comentários discriminatórios que revelam preconceitos profundamente enraizados (Franzini, 2005).

A décima quarta pergunta apresentada aos participantes foi: “Qual você acha que seria uma iniciativa adequada para combater as desigualdades de gênero na sociedade?” Esta foi a última questão respondida pelos participantes. O Quadro 1 a seguir apresenta as respostas dadas pelos participantes para esta pergunta aberta e discursiva.

Quadro 1 – Respostas dos participantes que foram dadas para a pergunta aberta: “Qual você acha que seria uma iniciativa adequada para combater as desigualdades de gênero na sociedade?”

Respostas dadas para a pergunta aberta: “Qual você acha que seria uma iniciativa adequada para combater as desigualdades de gênero na sociedade?”
Ensinar desde a pré-escola sobre o machismo.
Ensinar igualdade de gênero na escola.
Ensinar desde a pré-escola sobre machismo.
Tentar ensinar desde a educação infantil.
Práticas educativas que junto à comunidade ajudem a combater as desigualdades de gênero na sociedade.
Acredito que o espaço de aprendizagem e dentro do grupo de trabalho são lugares onde cabem estudo aprofundado e debates acerca do tema.
Melhorias na profissão e no salário.
Estudo: devemos ensinar nas escolas sobre o assunto.
Como foi afirmado, é uma questão de educação e a construção do combate ao machismo deveria ser dentro de casa. O machismo começa em casa, e é aí que deve ser combatido. Um exemplo: em uma família com dois filhos, uma menina e um menino, a menina faz as tarefas domésticas e o menino joga videogame. Está aí o machismo.
Maior empatia.
O diálogo com o contraditório seria uma ótima ferramenta mesmo, mas não vejo os professores com habilidades para mediar tais debates.
Acredito que o primeiro lugar para a iniciativa seria no mercado de trabalho, com salários iguais para os mesmos cargos.
Ensinar na escola que homens e mulheres podem escolher a profissão que quiserem independente do gênero que têm. Por exemplo, é importante ensinar que meninos podem ser pedagogos e cozinheiros e que meninas podem ser cientistas e eletricistas. Ou seja, ensinar que nenhuma profissão é só para homem ou só para mulher.
Promover debates na escola.
Ensinar igualdade de gênero.
Pela cultura, principalmente dentro das religiões e das músicas.
Ensinar sobre igualdade de gênero nas escolas. Ou seja, ensinar que homens e mulheres têm as mesmas capacidades para assumirem posições de liderança e atuar em qualquer profissão.
Propagar o conhecimento, pois muitas vezes as pessoas são machistas por "cultura familiar" e acham que ser assim é normal, mas a partir do momento em que essas pessoas têm acesso à informação, isso pode mudar a forma delas de pensar
Dando mais oportunidades para as mulheres.
Pela educação nas escolas.
Educação preventiva na escola.

Fonte: Autores (2024).

É importante ter em mente que o cerne de ações direcionadas pela perspectiva de gênero reside na busca pela redução das desigualdades entre homens e mulheres e, no caso educacional, entre meninos e meninas. Falar em diminuir as disparidades de gênero não implica negar a diversidade: pelo contrário, o que se busca é, na verdade, reconhecer e valorizar essa diversidade. Trata-se de reconhecer as diferenças entre homens e mulheres, mas atribuindo a ambos, igual valor, reconhecendo que suas necessidades específicas, embora nem sempre iguais, devem ser igualmente consideradas pela sociedade e pelo Estado. Se não considerarmos essas diferentes formas de existir na sociedade, corremos o risco de propor e implementar ações que aparentemente beneficiam a todos, mas que, na verdade, não reconhecem as necessidades distintas de cada pessoa (Farah, 2004).

A análise das respostas ao questionário revela um nível considerável de criticidade em relação às desigualdades de gênero entre os participantes da webconferência investigada neste trabalho, o que está relacionado ao tipo de público que se mostrou interessado em assisti-la, bem como em responder ao questionário. Uma parcela significativa demonstrou uma compreensão aprofundada e crítica das questões de gênero, identificando e questionando ativamente as estruturas e práticas machistas presentes na sociedade e nas instituições educacionais; mas há uma parcela da sociedade que apresenta uma visão menos crítica e mais superficial sobre os temas tratados. Esse contraste pode estar relacionado a diferentes formações e experiências pessoais: por exemplo, a exposição a debates que abordam diretamente as questões de gênero pode ser um fator relevante para a profundidade da criticidade apresentada nas respostas. Portanto, isto aponta para a importância de promover discussões integradas sobre desigualdade de gênero em todos os níveis, para fortalecer a consciência crítica e a capacidade de ação transformadora dos cidadãos.

Considerações finais

O trabalho realizado evidenciou que é fundamental refletir sobre o papel da educação na luta contra o machismo. A análise da webconferência e das respostas dos seus participantes ao questionário destacou a importância de abordar questões de gênero de maneira ampla e inclusiva dentro e fora do ambiente educacional. A atividade tornou patente que a educação desempenha um papel importante na desconstrução de estereótipos de gênero e na promoção da igualdade entre os sexos. Além disso, a webconferência mostrou a necessidade de sensibilização e capacitação dos profissionais da educação para abordar essas questões de forma adequada em sala de aula.

A educação não apenas transmite conhecimentos, mas também trabalha com valores, bem como molda atitudes e comportamentos. Ela é, deste modo, uma ferramenta poderosa na transformação das mentalidades e na promoção de uma sociedade mais justa e igualitária. Esta pesquisa permitiu notar a importância de continuar promovendo espaços de diálogo e reflexão como aquele possibilitado pela webconferência investigada, pois eles contribuem para o avanço do debate e para o fortalecimento das ações voltadas para o combate ao machismo na educação e na sociedade como um todo.

Agradecimentos

Agradecemos à professora Thais Travassos que realizou a webconferência analisada neste artigo. Agradecemos também ao IFSP pelo fomento fornecido para a realização desta pesquisa.

Referências

- BARROS, A.T.; BUSANELLO, E. *Machismo discursivo: modos de interdição da voz das mulheres no parlamento brasileiro*. **Revista Estudos Feministas**, v. 27, n. 2, p. e53771, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/xYh6dxnNQ6LV9M9DC976tDg/?lan#>>. Acesso em: 15 mar. 2024.
- BALISCEI, J. P. **Abordagem histórica e artística do uso das cores azul e rosa como pedagogias de gênero e sexualidade**. **Revista Teias**, v. 21, n. especial, p. 223-244, 2020. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-03052020000300223&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 18 mar. 2024.
- BARBOSA, F. C. M.; ANDRADE, H. Gênero na prática: uma educação não-sexista nas escolas. **Anais Eletrônicos do 13º Congresso Mundos de Mulheres/ Seminário Internacional Fazendo Gênero**. Florianópolis, 2017. Disponível em: http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1500209751_ARQUIVO_GeneraPratica_umaeducacaonaosexistanascolas_artigomodificacoes.pdf. Acesso em: 15 mar. 2024.
- BARROS, S. C. V.; MOURÃO, L. *Trajetória profissional de mulheres cientistas à luz dos estereótipos de gênero*. **Psicologia em Estudo**, v. 25, e46325, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/QYy5XZ85FTLFZvcr7zhbpL/?l#>>. Acesso em: 15 mar. 2024.
- BELO, E. P.; CAMINO, L. *Trabalho e gênero: elaborações discursivas sobre os papéis profissionais*. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 15, n. 2, p. 271-286, 2012. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172012000200009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 28 jun. 2024.
- BRITO, D. J. M. **A pandemia da Covid-19 amplia as desigualdades de gênero já existentes no mercado de trabalho brasileiro?** Grupo de Pesquisas em Economia do Trabalho da UFBA (GETRAB), Observatório Mercado de Trabalho do Nordeste e Covid-19, Boletim 03, p. 1-6, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/345008184_A_pandemia_da_Covid-19_amplia_as_desigualdades_de_genero_ja_existentes_no_mercado_de_trabalho_brasileiro. Acesso em: 15 mar. 2024.
- CAMPOS, K. P. B.; SOUZA, E. G. P.; CARVALHO, M. E. P. *Homens na Educação Infantil: Uma Problemática sobre a Condição Docente*. **Revista Interacções**, v. 18, n. 61, p. 141-162, 2022. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/26879>. Acesso em: 18 mar. 2024.
- CARDOSO, P. T. O *et al.* *Patriarcado e machismo enraizado na sociedade: uma revisão bibliográfica*. **Revista Eletrônica Interdisciplinar (REI)**, v. 15, n. 1, p. 207-216, 2023. Disponível em: <http://revista.sear.com.br/rei/article/view/376>. Acesso em: 15 mar. 2024.

CARLOS, B. N. A educação para a (des)igualdade de género: O papel da educação na (re)produção dos estereótipos de género. 2019. 74 f. Dissertação (Dissertação de Mestrado em Estudos sobre as Mulheres: As Mulheres na Sociedade e na Cultura) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal, 2019. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/303770379.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2024.

CHASSOT, Attico. *A ciência é masculina? É, sim senhora!... Revista Contexto & Educação*, v. 19, n. 71-72, p. 9-28, 2013. Disponível em: <https://revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/1130>. Acesso em: 14 mar. 2024.

CORDEIRO, vM. D. *Reflexões da história do patriarcado para esses tempos de pós-verdade. Caderno Brasileiro de Ensino de Física*, v. 37, n. 3, p. 1374-1403, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/fisica/article/view/74828>. Acesso em: 15 mar. 2024.

DIAZ, M; CABRAL, F. **Relações de Gênero.** Vivendo a Adolescência, s/d. Disponível em: <http://www.adolescencia.org.br/site-pt-br/genero-1>. Acesso em: 15 mar. 2024.

FARAH, F. M. S. **Políticas públicas e gênero** (p. 127-142). GODINHO, T; SILVEIRA, M. L. Políticas públicas e igualdade de gênero. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 2004. Disponível em: <https://www.mulheresprogressistas.org/AudioVideo/Pol%C3%ADticas%20p%C3%BCblicas%20e%20igualdade%20de%20g%C3%A9nero.pdf#page=127>. Acesso em: 17 mar. 2024.

FIPE. Pesquisa sobre Preconceito e Discriminação no Ambiente Escolar: principais resultados. Brasília: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) / MEC-INEP, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diversidade_apresentacao.pdf. Acesso em: 15 mar. 2024.

FRANZINI, F. *Futebol é “coisa para macho”? Pequeno esboço para uma história das mulheres no país do futebol. Revista Brasileira de História*, v. 25, n. 50, p. 315–328, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/nTrFPPWwPkMTKPMmBmtRwCc/#>. Acesso em: 15 mar. 2024.

GRIMAL, P. **Mitologia grega.** Porto Alegre: L&PM, 2009.

GUERRA, C. *Menino brinca de boneca e menina de carrinho? Revista de Educação Popular*, v. 6, p.137-142, 2007. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/download/19890/10617/75288>. Acesso em: 15 mar. 2024.

LEITE, J. L A. **Do Simbólico ao Racional:** Ensaio sobre a Gênese da Mitologia Grega como Introdução à Filosofia. Salvador: EGBA, 2001. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/3744/1/LIVRO%20DE%20MITO-2011-revisado%20e%20ampliado.pdf> Acesso em: 15 mar. 2024.

LERNER, G. **A criação do patriarcado.** São Paulo: Cultrix, 2019.

LOPES, J. A. F.; BASTOS, S. N. D. Relações de gênero como determinantes de situações cotidianas: percepção dos alunos do ensino fundamental. **Anais do V Congresso Nacional de Educação (CONEDU)**, 2018. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2018/TRABALHO_EV117_MD1_S_A7_ID7607_10082018003109.pdf. Acesso em: 15 mar. 2024.

LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação*: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: *Vozes*, 1997. Disponível em: <https://www.ufpb.br/escolasplurais/contents/noticias/e-books/secao-1-10-32-de-de-finibus-bonorum-et-malorum-escrita-por-cicero-em-45-ac>. Acesso em: 15 mar. 2024.

LUCIO, I. M. C. L. O papel da educação na desconstrução do machismo e a importância de práticas de empoderamento feminino no contexto escolar: relatos de experiências em uma escola no município de Macapá-AP. **Anais do XX Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero**, 2018. Disponível em: <https://www.sinteseeventos.com.br/site/redor/GT1/GT1-01-Idiane.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2024.

MARÇAL, L. Igualdade de Gênero no Ambiente Escolar. **Anais do V Congresso Nacional de Educação (CONEDU)**, 2018. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/47592>. Acesso em: 15 mar. 2024.

MATA, G. M. *Religião e cidadania democrática na Antiguidade*: supressão política e o poder feminino em Atenas (Século V a.C.). **Revista de História da UEG**, v. 12, n. 1, e212305, 2023. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/view/13422>. Acesso em: 15 mar. 2024.

MORALES, A. P. *Mulheres na Ciência e a Ciência das Mulheres* (p. 8-13). In: DOWLE, Martin. **Revista Mulheres na Ciência**. Editora British Council, 2019. Disponível em: https://www.britishcouncil.org.br/sites/default/files/d1_revista.pdf Acesso em: 15 mar. 2024.

OLIVEIRA, A. C. B.; SANTOS, A. P. O; HEERDT, B. Discursos de alunos e alunas da educação básica quanto a gênero, ciência e fecundação humana. **Anais do VI Simpósio Gênero e Políticas Públicas**, v. 6, p. 171-188, 2020. Disponível em: <https://anais.uel.br/portal/index.php/SGPP/article/view/997>. Acesso em: 14 mar. 2024.

PAULINO-PEREIRA, F. C.; SANTOS, L. G. A.; MENDES, S. C. C. *Gênero e identidade: possibilidades e contribuições para uma cultura de não violência e equidade*. **Psicologia & Sociedade**, v. 29, p. e172013, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/YfjPTvLjTXkZC37KmxwvKqw/?lang=pt&format=html#>. Acesso em: 15 mar. 2024.

PÉRICO, L; SILVA, R. D. *Masculinidades na escola uma revisão bibliográfica sistemática nas bases Educ@ e Scielo entre 2008 e 2018*. **Travessias**, v. 14, n. 1, p. 266-280, 2020. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8093001>. Acesso em: 15 mar. 2024.

PISANI, M. S.; PINTO, M. R. *Expressões e corporalidades de mulheres cis e homens trans no ambiente futebolístico*. **Revista Estudos Feministas**, v. 29, n. 2, p. e79331, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/pv3nPKDzSztWrTcfP9pJbgv/?lang=pt#>. Acesso em: 15 mar. 2024.

SCHIEBINGER, L. **O feminismo mudou a ciência?** Bauru: EDUSC, 2001. Disponível em: <https://bibliotecaonlinedahisfj.files.wordpress.com/2015/03/schienbinger-2001.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2024.

SENKEVICS, A.S.; CARVALHO, M. P. *Casa, rua, escola: gênero e escolarização em setores populares urbanos*. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 45, n. 158, p.944-968, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/jb5n6TFNGXdFd6nFpYT99jv/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 mar. 2024.

SOUZA, V. P. *Diálogos entre educação e ciências sociais: desconstruindo o machismo e o androcentrismo na docência masculina*. **Revista Discente Planície Científica**, v. 3, n. 2, p. 194-211, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/planiciecientifica/article/view/44388>. Acesso em: 15 mar. 2024.

SOUZA, A. M. F. L. *Ensino de ciências: onde está o gênero?* **Revista Faced**, n.13, p.149-160, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/1392/1/2393.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2024.

TIBURI, M. **Feminismo em comum**: para todas, todes e todos. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

VENTURI, G.; RECAMÀN, M.; OLIVEIRA, S. (Org.). **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

Recebido em: 21/03/2024

Aprovado em: 27/06/2024